

Pronunciamento na AGO da Petrobrás em 29/04/2015

Prezados Senhoras e Senhores Acionistas, Companheiras e Companheiros,

Neste momento difícil por que passa a Companhia é imperativo que se façam algumas reflexões sobre sua situação.

Primeiramente quero lembrar que sempre fomos contra o ritmo de exploração do Pré-Sal que nos foi imposto e que aliado ao constrangimento de caixa pelo subsídio aos combustíveis comandado pelo Governo, acionista majoritário, nos deixou hoje com a maior dívida corporativa do planeta.

Sempre defendemos que a exploração do Pré-Sal se dê no ritmo do interesse do País, de tal forma que a indústria nacional se desenvolva e aprimore, oferecendo os equipamentos necessários com preços competitivos e, de maneira nenhuma, nos transformando em exportadores de petróleo cru, o que nos reconduziria aos tempos de colônia como exportadores de produtos primários.

Os críticos do conteúdo nacional esquecem da doença holandesa que ataca os grandes exportadores de produtos primários, que assim fortalecem suas moedas, ao mesmo tempo que destroem suas indústrias, condenando-se à importação de todos os bens industrializados. Não podemos desenvolver apenas a indústria do petróleo, a Petrobrás tem um compromisso social histórico com o desenvolvimento nacional e é sua maior indutora.

O petróleo não é uma commodity, está atingindo seu pico mundial de produção e é um recurso natural geopoliticamente estratégico, como demonstra grande parte dos conflitos militares neste século e no século passado que tiveram o petróleo como motivação principal, mesmo que muitas vezes não explícita. Então, devemos utilizá-lo geopoliticamente no interesse do País não o exportando em bruto, e sim lhe agregando valor, seja pelo simples refino ou como produto petroquímico elaborado, e vendendo a quem nos interessa.

O que vimos, entretanto, foi um Plano Estratégico extremamente ambicioso, financeiramente arriscado, e com o objetivo, no nosso entendimento equivocado, de nos transformar em grande exportador de óleo.

Não se pode deixar de ressaltar o papel deletério do Governo para o caixa da Companhia ao obrigá-la a subsidiar os combustíveis, uma política de Governo, que como tal deveria ser financiada pelo Tesouro Nacional. Some-se a isso o absurdo de subsidiar até as Distribuidoras nossas concorrentes, transferindo-lhes parte de nossos lucros.

Sabe-se agora que enquanto subsidiávamos os combustíveis, uma quadrilha com ramificações internas na Alta Direção e duas dezenas de empreiteiras criminosas superfaturavam os Projetos sangrando as já combalidas finanças da Companhia.

A primeira pergunta que se faz é “como um Diretor, concursado, foi se envolver nessa roubalheira?”

Bem, para começar a responder essa pergunta recorro ao alcaguete premiado, ex-Diretor do Abastecimento, Paulo Roberto Costa, segundo o qual “ninguém chega a Diretor se não for indicado por Partido ...”, e complemento com a pergunta do ex-Presidente da Transparência Brasil “para que diabos um Partido quer uma Diretoria na Petrobrás?”

Então fica claro que a maneira como se chega à Diretoria da Petrobrás tem que mudar. A Companhia vive ressaltando a importância da Governança, tendo inclusive acabado de criar essa Diretoria, pergunta-se: onde estão definidos os critérios **objetivos** de competência técnica, experiência profissional e capacidade gerencial exigidos para o cargo de Diretor?

Se não há critérios objetivos definidos, como escolher? Pela indicação de Partidos?

Por que não se definem as exigências e qualificações mínimas para o cargo e há a indicação de uma lista tríplice pelos trabalhadores? Não é um processo exótico sendo usado, por exemplo, na Fiocruz, nas Universidades Federais e mesmo na Petrobrás já se usou no antigo DEPEX.

O roubo à Petrobrás, além da desmoralizá-la, deu aos seus eternos inimigos motivação para renovados ataques à Lei da Partilha, à participação obrigatória de 30% e à política do conteúdo nacional, como se fossem elas as responsáveis pelo verdadeiro saque sofrido pela Companhia.

Tanto demonstramos competência na exploração do Pré-Sal que a Petrobrás recebeu agora, da OTC Offshore Technology Conference, pela terceira vez, o maior prêmio da indústria de petróleo e gás *offshore* mundial, mas isso muitos Acionistas só estão sabendo agora.

A sobrevalorização paga nos Projetos trouxe a necessidade de baixas contábeis, e a forma de calculá-las de acordo com exigências da PwC e o tempo para sua aprovação desgastaram ainda mais o valor da Companhia. Uma pergunta que se faz: os balanços de 2012, 2013, e os balancetes dos 1º e 2º trimestres de 2014 foram assinados pela Auditoria Independente, e nada foi visto frente às baixas atuais superiores a R\$45 bilhões?

Nossa situação de endividamento tem justificado as propostas tipo “balão de ensaio” sobre desinvestimentos que montariam a US\$13 bilhões. Queremos afirmar nossa convicção do equívoco de se desfazer de patrimônio, ainda mais com o valor do óleo tão rebaixado, falando-se agora até em áreas do Pré-Sal. Repito sugestão já feita em Voto no CA: melhor faria a Diretoria cobrando o prejuízo avaliado em mais de US\$20 bilhões causado pelo acionista majoritário, o Governo, na questão dos subsídios.

Como representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração devo satisfação aos meus representados e comunico que meu voto foi contrário à aprovação das Demonstrações Contábeis de 2014 por dois motivos:

1º - Não ter havido baixa no valor do primeiro trem da RNEST que sabidamente está sobrevalorizado. O custo máximo médio internacional para refinarias é de US\$35 mil/capacidade de barril refinado e a RNEST apresenta US\$81 mil/capacidade de barril refinado!

2º - O uso de premissas, no meu entendimento, equivocadas nos cálculos atuariais da Fundação Petros subavaliou as responsabilidades da Petrobrás para com seus Planos de Previdência.

Quanto à PLR sou favorável a que se cumpra o acordado em nosso ACT. Quando um Conselheiro argumentou que se não houve lucro não deveria haver PLR, expliquei que PLR significa “Participação nos Lucros e Resultados”, e se não houve lucro a responsabilidade não foi dos Trabalhadores, mas os resultados foram garantidos por eles que cumpriram em exatos 100% a média ponderada dos indicadores com os quais se comprometeram no Acordo.

Se estas mazelas de sobrepreço e corrupção estão sendo descobertas agora, os problemas que os Trabalhadores sofrem em seus locais de trabalho são bem mais antigos, mas infelizmente ainda perduram.

Tivemos em 2014 10 fatalidades, sendo 8 de trabalhadores terceirizados, e em 2015, até agora, tivemos 10 fatalidades, sendo 9 de terceirizados. Só por essa triste amostra estatística vê-se a precariedade que envolve o trabalho terceirizado, que hoje na Companhia responde por 250 mil trabalhadores. Ao mesmo tempo temos 85 mil aprovados em Concursos Públicos e não chamados.

Podemos falar também de assédio moral manifestado das mais diversas formas, mas especialmente contra aqueles que questionam, apontam falhas e irregularidades. Nossa Ouvidoria não ganhou a confiança dos Trabalhadores, é burocrática e afirmou não ter recebido uma denúncia sequer sobre toda essa Operação Lava Jato!

Quero afirmar não só aos Trabalhadores que me colocaram nessa honrosa posição, mas também a todos os Acionistas da Petrobrás que tenho toda a confiança em nossa Companhia. Sem sombra de dúvida o futuro da Petrobrás é brilhante. Temos fabulosas reservas no Pré-Sal, reservas que estão se mostrando muito mais produtivas do que prevíamos, capacidade tecnológica em águas profundas premiada agora pela terceira vez, e uma força de trabalho reconhecida não só pela sua capacidade técnica e operacional como também pelo profundo amor à Petrobrás.

Desejo ao meu sucessor, Companheiro Deyvid Bacelar, SUCESSO!

Forte abraço a todos,

Silvio Sinedino.